

Gestão Democrática da Educação e a formação do professor/gestor

Marinez Gasparin Soligo (UNIOESTE)

marinezgasparin@yahoo.com.br

Caroline Weisheimer Maronez (UNIOESTE)

karol.maronez@hotmail.com

1 Introdução

A década de 1980 é um marco para a educação brasileira, pautada no processo de redemocratização da sociedade e a democratização da educação, sendo que a Constituição de 1988 traz mudanças no direcionamento da educação, com a proposta de uma educação mais democrática, participativa e abrangente. É nesse contexto que a gestão democrática aparece com mais destaque e a educação também passa a incorporar os conceitos de democracia e participação popular como eixos basilares de suas políticas, pelo menos em termos legais e discursivos.

Este estudo é parte de pesquisa mais abrangente vinculado ao Grupo de Estudo em Gestão da Educação e parte da revisão bibliográfica e análise documental com o objetivo de aprofundamento em torno dos processos de gestão democrática da educação e a formação do professor/gestor escolar.

2 Desenvolvimento

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 394/96) apresentou princípios de gestão democrática. Neste sentido, a escola passou a ter a responsabilidade pela elaboração e execução de seu Projeto Político Pedagógico com base na realidade sociocultural na qual está inserida. Nesse novo contexto de autonomia, novas atribuições foram delegadas às escolas e, a todos os atores envolvidos nela. Essa mesma legislação propõe que, os professores habilitados para exercer a gestão tenham uma formação que lhe garanta condições de administrar uma escola, todavia, levando em consideração todas as etapas desse processo. Conforme o Art. 64 da LDBEN:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

Para a compreensão de gestão democrática e suas ações e propostas políticas da educação Catani e Gutierrez (1998), estabelecem que:

Transferir a autoridade e a responsabilidade pela gestão de um bem público para o grupo envolvido no trabalho é uma prática democrática e socialmente justa, desde que não se escondam por trás o incentivo e as ações de natureza corporativa, e tampouco a intenção por parte do Estado de se desfazer de suas obrigações para com a população (CATANI; GUTIERREZ, 1998, p. 63).

Assim, a prática democrática se firma na ação de criar condições para a autonomia participativa de todos, inclusive do Estado, prevalecendo o desejo coletivo. Cury define que:

Gestão provem do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito. Isto pode ser visto em um dos substantivos derivado deste verbo. Trata-se de gestatio, ou seja, gestação, isto e, o ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo, diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz provem os termos genitora, genitor, germen (CURY, 2005, p. 1).

Parte daí a necessidade de compreender o conceito gestão escolar e a sua organização perante a escola. Conforme Ferreira, (2003)

Gestão é administração, é tomada de decisão, é organização, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar o seu papel (FERREIRA, 2003, p. 306).

Cabe analisar a gestão como uma prática onde todos os segmentos da escola estão envolvidos e comprometidos com a efetivação das políticas públicas para a melhoria da educação de qualidade. Assim, gestão escolar é um termo amplo e de grandes responsabilidades, como nos apresenta Lück (2006), gestão escolar:

Corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, compromissado com os princípios da democracia e com métodos que organizam e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados) (LÜCK, 2006, p. 35).

A gestão escolar, nestes termos, deve estar alicerçada nas políticas públicas com o compromisso da emancipação social do indivíduo e desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, além da capacidade de gerir recursos. Assim, é necessário um profissional que exerça a função de gerir a instituição escolar. Aí aparece a figura do gestor escolar – o diretor – e sua equipe gestora composta por coordenador pedagógico, técnicos educacionais e outros.

3 Considerações Finais

Essas políticas ofereceram duas possibilidades para a formação do profissional para administração escolar: graduação em Pedagogia ou em curso de pós-graduação, mas acabou por dificultar a formação do gestor escolar na medida em que os cursos de Pedagogia estão se adequando as Diretrizes para a formação de professores, onde o foco principal é a formação para a docência na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

A formação profissional dos gestores é indispensável, possibilitando um olhar crítico sobre o ambiente escolar e uma capacidade de estimular toda a comunidade escolar em participar das decisões, sabendo utilizar adequadamente os recursos físicos e financeiros para o alcance de uma gestão democrática mas, por outro lado, muitas vezes a formação passa a ser limitada quanto a fundamentos teóricos, metodológico, pedagógico, político e administrativo de preparação profissional desse diretor .

A participação de todos os membros escolares fortalece as ações de mudança na escola garantindo a qualidade da educação, através de melhorias no processo educacional com a sistematização e socialização do conhecimento adquirido pelo estudo e pela experiência de trabalho e de vida com habilidades e competência. Para isso, é preciso proporcionar condições políticas e culturais que envolvam todos os membros da escola através de um projeto de unidade escolar com a comunidade.

Dessa maneira a escola passa a ser um lugar de socialização, em que desempenha a sua função social através das práticas na busca de uma gestão democrática através do planejamento coletivo.

Do ponto de vista da gestão democrática, entendemos que o processo de escolha dos gestores realizada por meio de eleições diretas, constitui-se em espaço de discussão participativa e coletiva de toda a comunidade escolar e em geral. A eleição permite que o candidato tenha o apoio da comunidade e que esta reconheça no seu projeto de gestão, a preocupação com participação de todos, voltada para os direitos a uma educação de qualidade.

Referências

BRASIL. **Lei nº. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.

CATANI, Afranio Mendes; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidade. In: FERREIRA: N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 1998. p. 59-75.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. A gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação: desafios e compromissos. In: FERREIRA, N. S. C. 17 (Org.). **Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Caderno de gestão.